PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
INTITUIÇÃO DE ENSINO	Unieducar
CREDENCIAMENTO	Parecer 0305/2021 - Câmara de Educação Superior e Profissional
MANTENEDORA	Unieducar Inteligência Educacional – CNPJ 05.569.970/0001-26
REGISTRO MEC SISTEC	43970 – SISTEC - Parecer CEE-CE No. 305/2021
REGISTRO SICAF – PJ	170038
REGISTRO ABED	5.139 – Categoria Institucional
REGISTRO CFA/CRA	PJ – 3457 – CE

Declaramos, a pedido do(a) interessado(a), e para fins de prova junto ao respectivo órgão empregador, que o curso abaixo citado encontra-se disponível para matrícula, como programa de **Extensão / Capacitação**, junto à **Unieducar**, com data para início e término a definir, conforme carga horária assinalada.

METODOLOGIA: O conteúdo dos cursos de Extensão pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. Os objetos instrucionais são apresentados em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e demais objetos instrucionais, além de materiais extras disponíveis na biblioteca (e-books), exercícios, audioaulas e videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO: O programa de Extensão / Capacitação prevê a participação ativa do inscrito nas diversas atividades propostas. O aluno matriculado em um programa de capacitação deve cumprir rigorosamente com o cronograma de atividades a seguir detalhado, aplicando 8 (oito) horas diárias no desenvolvimento das seguintes ações durante todo o período de acesso ao conteúdo:

ATIVIDADES/HORÁRIOS	08h-09h	09h-10h	10h-11h	11h-12h	12h-14h	14h-15h	15h-16h	16h-17h	17h-18h
Videoaulas Audioaulas	■	■			INTERVALO	■	■		
E-books Audiobooks		■	■		INTERVALO		■	■	
Atividades/Interação				■	INTERVALO				■
Suporte c/Tutoria			■	■	INTERVALO			■	
TOTAL DE HORAS DIÁRIAS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES									8 (OITO)

SINCRONICIDADE: Os programas de Extensão / Capacitação são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter as datas de início e término definidas.

TUTORIA E FORMAS DE INTERAÇÃO: Os programas de Extensão / Capacitação recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e a coordenação do curso é exclusivamente online, onde são agendadas ações síncronas em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

AVALIAÇÃO/CERTIFICAÇÃO: Nos programas de Extensão / Capacitação a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de redações durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual, bem, como: a realização de atividade avaliativa ao término de cada aula ou módulo de conteúdo e a realização de atividade avaliativa final, com pontuação, ao término da capacitação. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% nas atividades de

avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: Os programas de Extensão / Capacitação apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos, elaborados por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha o projeto, desenvolvimento e atualização de conteúdo. TECNOLOGIA DE EAD/E-LEARNING: Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, o que demanda a aplicação de tecnologias de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados. MATERIAIS DIDÁTICOS: Os conteúdos programáticos dos cursos de Extensão / Capacitação são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); audioaulas; desafios; exercícios e testes; além de conteúdos de fontes externas, a partir de material relacionado. INTERAÇÃO E SUPORTE ADMINISTRATIVO: Os programas de Extensão / Capacitação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e presencial, conforme o caso. SOBRE A

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: A Unieducar é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Unieducar Inteligência Educacional, que atua – desde 2003 - com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Instituição de Ensino Credenciada pelo MEC; cadastrada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atende mediante Nota de Empenho todos os órgãos públicos Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

CARGA HORÁRIA: 80 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 10 dias.

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 45 dias.

OBJETIVOS GERAIS:

Domínio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

O curso de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) oferece uma imersão técnica no instrumento mais dinâmico do controle de constitucionalidade brasileiro. A formação abrange desde os alicerces do neoconstitucionalismo até a complexa hermenêutica das normas supremas, capacitando o aluno a compreender a estrutura do Poder Judiciário e a eficácia dos direitos fundamentais. Ao explorar o princípio da subsidiariedade e a legitimidade ativa, o profissional desenvolve uma visão estratégica indispensável para atuar perante o Supremo Tribunal Federal em casos de alta relevância jurídica.

Excelência Jurídica e Atualização Profissional

Um dos principais benefícios desta qualificação é o domínio de conceitos avançados, como o Estado de Coisas Inconstitucional e a modulação de efeitos em decisões paradigmáticas. Servidores públicos e advogados encontram neste programa as ferramentas necessárias para enfrentar colisões de direitos através do princípio da proporcionalidade e da tutela coletiva. A abordagem prática, enriquecida por exercícios resolvidos e análise de jurisprudência, garante que o cursista esteja apto a formular petições iniciais robustas e pedidos de liminar fundamentados na proteção de preceitos fundamentais da República.

Inovação Tecnológica e o Mercado de Trabalho Atual

No cenário contemporâneo, a interseção entre direito e tecnologia redefine a jurisdição constitucional. O curso destaca-se ao abordar a LGPD e a autonomia da proteção de dados como novos pilares fundamentais, além de debater o impacto da inteligência artificial na triagem processual e no devido processo algorítmico. Estar atualizado sobre como algoritmos do setor público podem ser objeto de controle de constitucionalidade é um diferencial competitivo crucial. Essa formação transforma o conhecimento teórico em uma competência prática valiosa para quem busca liderança e segurança jurídica na era da transformação digital.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO: O desenvolvimento do conteúdo programático requer a realização das seguintes atividades/dinâmicas, com vistas ao cumprimento da correspondente carga horária deste programa de capacitação:

- O aluno deverá assistir e eventualmente voltar a assistir às videoaulas, com o objetivo de fixar o conteúdo trabalhado pelo professor;
- Para cada aula ministrada, o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA disponibiliza um ou mais e-books, a fim de que o aluno possa ler e reler os textos de apoio, aprofundando o estudo sobre cada um dos tópicos ministrados, objeto de seu desenvolvimento neste programa;
- O programa disponibiliza ainda uma lista de exercícios propostos, visando a fixação do conteúdo trabalhado, especialmente com questões/problemas que exigem a aplicação dos conceitos desenvolvidos nas aulas e nos livros-texto às situações concretas apresentadas;
- O aluno é também acompanhado por um ou mais tutores designados pela Instituição de Ensino. No AVA, o aluno dispõe ainda de um canal de interação com esses professores especialistas nas matérias objeto das aulas.

Cumprindo então todas essas atividades, agrupadas nos quatro itens acima, o aluno poderá usufruir de uma experiência de aprendizado enriquecedora, aproveitando todas as ferramentas que a Instituição coloca à sua disposição e, consequentemente, aprimorando sua qualificação profissional. Resta evidenciado que a carga horária total não está atrelada ao tempo de duração das videoaulas, mas à diligente observância do que é proposto neste projeto pedagógico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL
Introdução; Constitucionalismo e Neoconstitucionalismo; Conceito; Objeto do Direito Constitucional; Fontes do Direito Constitucional; Exercícios Propostos Resolvidos Comentados;
CONSTITUIÇÃO
Perspectiva Histórica; Conceito; Classificação; Estrutura; Elementos da Constituição; Exercícios Propostos Resolvidos Comentados;
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE
Conceito de Controle de Constitucionalidade; Constitucionalidade e Inconstitucionalidade; Controle Político de Constitucionalidade; Controle Difuso e Seus Efeitos; Modulação de Efeitos e Súmulas Vinculantes; Exercícios Propostos Resolvidos Comentados;
DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS
Conceitos Iniciais; Eficácia e Aplicabilidade; Gerações de Direitos Fundamentais; Abrangência dos Direitos Fundamentais; Colisão de Direitos e Princípio da Proporcionalidade; Jurisprudência Constitucional em Direitos Fundamentais; Exercícios Propostos Resolvidos Comentados;
PODER JUDICIÁRIO
Organização do Poder Judiciário; Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça; Justiça Federal; Justiça Militar; Justiça Eleitoral; Justiça do Trabalho; Conselho Nacional de Justiça; Justiça Estadual; Garantias do Poder Judiciário; Exercícios Propostos Resolvidos Comentados;
HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E SUPREMACIA DAS NORMAS
Princípios de Interpretação e Supremacia da Constituição; Presunção de Constitucionalidade e Interpretação Conforme; Unidade da Constituição, Razoabilidade e Efetividade das Normas; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos Comentados;
TUTELA COLETIVA E DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS NA JURISDIÇÃO
Fundamentos dos Bens Difusos e Coletivos; Categorias de Interesse e Direitos Individuais Homogêneos; Distinções Necessárias na Proteção dos Direitos Coletivos; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos Comentados;
ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL: TEORIA E PRÁTICA
Conceituação de Preceito Fundamental e Base Normativa; Princípio da Subsidiariedade como Requisito de Admissibilidade; Legitimação Ativa e Capacidade Postulatória; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos Comentados;
PROCEDIMENTOS E DINÂMICA DA ADPF NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Requisitos da Petição Inicial e Pedidos de Liminar; Andamento Processual e Participação do Amicus Curiae; Julgamento, Eficácia e Modulação de Efeitos; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos Comentados;

ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E ATIVISMO JUDICIAL

A ADPF como Instrumento de Correção de Falhas Estruturais; Análise de Casos Paradigmáticos e Políticas Públicas; Limites da Intervenção Judicial em Matéria Orçamentária; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos Comentados;

PROTEÇÃO DE DADOS E PRIVACIDADE COMO PRECEITOS FUNDAMENTAIS

A Autonomia da Proteção de Dados Pessoais como Direito Fundamental; Descumprimento de Preceitos Fundamentais em Políticas de Vigilância Estatal; O Papel da LGPD na Filtragem de Atos Administrativos Impugnados via ADPF; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos Comentados;

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL DIGITAL

O Uso de IA na Triagem e Admissibilidade de ADPFs no STF; Algoritmos do Setor Público como Objeto de Controle de Constitucionalidade; Desafios da Transparência e do Devido Processo Algorítmico; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos Comentados.